



PanCeFlô

Informativo do Pantanal, Cerrado e Floresta

SEMA

Secretaria de Estado do Meio Ambiente

O PANCEFLÔ

É com satisfação que voltamos a publicar no site desta Secretaria de Estado de Meio Ambiente o Boletim Informativo PanCeFlô! É uma edição especial que completa cinco anos e que lhes proporcionará uma compilação do que acontece na SEMA no que se refere à implantação e implementação das várias ações no âmbito ambiental.

O PanCeFlô foi idealizado no ano de 2010 pela ex-gerente da biblioteca Caroline Lúcia Chichorro, que, liderando uma equipe, pensou numa maneira de informar e também esclarecer o cidadão mato-grossense sobre questões ambientais.

Sendo o meio ambiente grande fator de discussões e preocupação em todo o mundo, isso não é diferente em nosso estado. Com fauna e flora exuberantes, o processo de preservação e conservação das riquezas de Mato Grosso só depende de nós!

É de suma importância, portanto, estarmos bem informados sobre o assunto.

Relembramos a escolha do nome do informativo que precisava ter uma nomenclatura diferente, inédita, simples e que despertasse a curiosidade dos leitores.



Assim, foi considerado um nome que resumisse em palavra, mas não em significado, as riquezas presentes nos três biomas existentes em nosso estado: **Pantanal, Cerrado e Floresta**.

Desejamos boa leitura a todos, esperamos que aprendam um pouco mais sobre as questões ambientais e tomem conhecimento do que se faz e do que ainda precisa ser feito pelo meio ambiente.

Joelma Aparecida Cavalcanti
Gerente do Conhecimento Ambiental
GCA/CEA/SUEA/SEMA-MT

PLANO DE AÇÃO PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E QUEIMADAS DO ESTADO DE MATO GROSSO - PPCDQ/MT

O PPCDQ/MT teve seu processo de elaboração centralizado na Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA que, sob as orientações da Casa Civil do Governo do Mato Grosso, articulou diferentes entidades governamentais e não governamentais, incluindo o setor privado, em discussões para elaboração do Plano.

Vinculado ao Projeto PNUD/BRA/08/003 - Planos Estaduais de Prevenção e Controle dos Desmatamentos na Amazônia Brasileira e Cadastramento Ambiental Rural Municipal, o PPCDQ/MT deriva do entendimento sobre a necessidade dos estados amazônicos construírem seus próprios planos de prevenção e combate ao desmatamento, como extensores naturais do Plano Federal.

O Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Estado-PPCDQ/MT é fundamentado em quatro componentes: Ordenamento Territorial; Monitoramento e Controle; Fomento a Atividades Sustentáveis e Governança Ambiental.

Para cada ação, responsáveis e parceiros são especificados, assim como indicadores de resultado, os quais são de interesse para ações de monitoramento e controle social, também previstas do Plano.

Uma meta geral quantitativa para a diminuição do desmatamento no Estado é apresentada, numa dimensão mais audaciosa que a proposta pelo Plano Nacional de Mudanças Climáticas (PNMC).

O plano prioriza questões como a intensificação e compartilhamento dos esforços de ordenamento territorial e regularização fundiária; o refinamento do conhecimento e monitoramento da cobertura florestal do Estado; a consolidação das Unidades de Conservação; a regularização efetiva de terras

Indígenas e Quilombos; a intensificação dos programas de desenvolvimento sustentável para Indígenas, quilombolas, assentamentos e colônias agrícolas; a informatização ampla, definitiva e transparente da gestão ambiental e florestal do estado; a intensificação e compartilhamento social da fiscalização ambiental; o aprimoramento dos processos de responsabilização administrativas, civil e penal por crimes ambientais; a instituição do pagamento por serviços ambientais (PSA); o incentivo e fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis; a consolidação de centros regionais interinstitucionais de gestão florestal, rural e ambiental.

Entre os objetivos estabelecidos no PPCDQ/MT estão a eliminação do desmatamento ilegal e a forte redução das emissões de CO2 e outros gases de efeito estufa (GEE) associados ao desmatamento e à queimada de vegetação nativa; a geração de emprego e renda e o fortalecimento da equidade social, associados à conservação de florestas e à melhor utilização de áreas já desmatadas; o fortalecimento do sistema estadual de gestão florestal, com governança e transparência em consonância com as diretrizes do SISNAMA; o aumento da competitividade de produtos do setor agropecuário e florestal de Mato Grosso mercados nacionais e internacionais; e o envolvimento do Estado em novos mecanismos de cooperação internacional no âmbito das convenções das Nações Unidas sobre mudanças climáticas e de conservação da biodiversidade, articulados com a política do governo brasileiro.





FUNDO AMAZÔNIA

O Fundo Amazônia tem por finalidade captar doações para investimentos não-reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas no Bioma Amazônia, nos termos do Decreto no 6.527, de 1º de agosto de 2008.

O Fundo Amazônia apóia projetos nas seguintes áreas:

- Gestão de florestas públicas e áreas protegidas;
- Controle, monitoramento e fiscalização ambiental;
- Manejo florestal sustentável;
- Atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da floresta;
- Zoneamento ecológico e econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária;
- Conservação e uso sustentável da biodiversidade; e
- Recuperação de áreas desmatadas.

O Fundo Amazônia pode utilizar até 20% dos seus recursos para apoiar o desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em outros países tropicais.

Além da redução das emissões de gases de efeito estufa, as áreas temáticas propostas para apoio pelo Fundo Amazônia podem ser coordenadas de forma a contribuir para a obtenção de resultados significativos na implementação de seus objetivos de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas no bioma Amazônia.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Estado de Mato Grosso compreende uma área de 903.357 km². Possui 141 municípios, dos quais 86 são abrangidos pelo bioma Amazônia, correspondente a uma área de 480.215 km² (53%). O bioma Cerrado ocupa a porção central do estado, com 354.823 km² (40%), enquanto a menor área é ocupada pelo bioma Pantanal, no sul do estado, com 60.885 km² (7%).

O processo de ocupação e crescimento econômico do estado foi baseado no setor agropecuário, com o incentivo à substituição da floresta por diversas formas de cultivo e pecuária, que gerou um enorme passivo ambiental decorrente de altas taxas de desmatamento. Apesar do substancial decréscimo nas taxas de desmatamento dos últimos anos, o estado de Mato Grosso é o que possui maior área de desmatamento acumulado na Amazônia

Legal, com uma proporção de aproximadamente 34% sobre o total desmatado.

O PROJETO

O projeto Fundo Amazônia da SEMA o MT Sustentável está estruturado em três pilares. O primeiro é o apoio à consolidação do sistema de áreas protegidas e tem como objetivo promover a consolidação de nove unidades de conservação (UCs) estaduais por meio do georreferenciamento, demarcação e sinalização do perímetro, além de promover a gestão destas UCs, por meio de capacitação e estruturação física e operacional.

O segundo pilar trata do fortalecimento da fiscalização e do licenciamento ambiental estadual. Neste contexto, será promovida a modernização da gestão dos recursos florestais no estado por meio da implantação do sistema de gestão ambiental digital e da expansão e intensificação das atividades de fiscalização.

O último pilar refere-se ao fortalecimento da desconcentração e da descentralização da gestão ambiental e visa, entre outros, estruturar as unidades regionais da SEMA melhor execução do licenciamento ambiental de âmbito regional e da fiscalização; e promover a descentralização da gestão ambiental estadual por meio do fortalecimento institucional de 40 secretarias municipais de meio ambiente localizadas no bioma Amazônia.



Enilson Jesus de França - Analista de Meio Ambiente da SUEA- SEMA/MT



ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Economia Solidária é o conjunto das atividades de produção, prestação de serviços, distribuição, comercialização, consumo e crédito para geração de trabalho e renda, baseado no trabalho coletivo, na cooperação, na solidariedade, na autogestão, na sustentação econômica, na sustentabilidade ambiental e nas diversas formas de compartilhamento, buscando o benefício social e o cuidado com o meio ambiente. A prática dessa Economia é baseada no valor da solidariedade nas relações econômicas e sociais, de colaboração solidária.

Ela valoriza o ser humano, promove a sustentabilidade ambiental e a justiça social, não acumula capital privado.

Na Economia Solidária, as práticas de produção, comercialização, finanças e consumo são desenvolvidos pela autogestão, cooperação, desenvolvimento comunitário e humano, a satisfação das necessidades humanas, a justiça social, a igualdade de gênero, raça, etnia e o acesso igualitário à informação e ao conhecimento.

Outro foco é a preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e responsabilidade com as gerações, presente e futura, construindo uma nova forma de inclusão social com a participação de todos. Os meios de produção de cada empreendimento e os bens e/ou serviços neles produzidos são de controle, gestão e propriedade coletiva dos participantes do empreendimento.

A participação na Economia Solidária dá-se, fazendo parte de um empreendimento econômico solidário (cooperativa, associação ou grupo) com finalidade de produzir, vender, comprar ou conseguir crédito; consumindo produtos e utilizando os serviços dos empreendimentos solidários; apoiando a criação de um novo empreendimento econômico solidário; praticando o consumo consciente; participando de fóruns e feiras de econo-

mia solidária em seu estado ou município, ocasiões de encontro e de troca de informações para os que produzem e os que consomem de forma solidária; procurando uma entidade que apoia empreendimentos de Economia Solidária (Uma Universidade, uma ONG ou algum Órgão do governo que tenha programa de Economia Solidária); procurando os centros públicos de economia solidária de seu município; participando ou ajudando a criar fóruns estaduais e municipais de Economia Solidária.

A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana.

Neste contexto, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente vem fomentando programas sociais junto aos empreendimentos econômicos solidários, associações e cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis em Convênio firmado com a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, no âmbito do Estado.

Terezinha Rodrigues da Silva
Técnica de Meio Ambiente -SEMA/MT



COMITÊ DE BACIAS HIDROGRÁFICAS, AVANÇOS E PERSPECTIVAS



O Comitê de Bacias Hidrográficas é um órgão colegiado composto por usuários da água, da sociedade civil organizada e de representantes do poder público. Considerado a base da gestão participativa, integrada e descentralizada da água, tem papel deliberativo e funciona como um parlamento das águas, posto que é um fórum de decisão no âmbito de cada bacia hidrográfica.

São algumas das atribuições de um Comitê de bacias Hidrográficas: promover o debate das questões relacionadas aos recursos hídricos da bacia; arbitrar, em primeira instância, os conflitos relacionados à água na região de sua abrangência; aprovar e acompanhar a execução do plano de recursos hídricos da bacia; estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso da água e sugerir os valores a serem cobrados; estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente por meio da Superintendência de Recursos Hídricos/Gerência de Fomento e Apoio a Comitês de Bacia Hidrográfica - CBH vem realizando excelente trabalho na formação de novos comitês no Estado de Mato Grosso. Até dezembro de 2013, Mato Grosso contava com dois comitês de bacia instituídos e em funcionamento, o CBH Covapé e CBH Sepotuba. Atualmente contamos com mais três (3) CBHs instalados:

- CBH dos Afluentes da Margem Esquerda do Baixo Teles Pires - CBH-A4 ME ;
- CBH do Rio São Lourenço- CBH - P5;
- CBH dos Afluentes da Margem Direita do Alto Teles Pires/ CBH – Alto Teles Pires MD.

Apresentamos um Breve histórico dos Comitês de Bacias Hidrográficas instituídos.

CBH–COVAPÉ - Compreende os Municípios de Primavera do Leste e Poxoréo e tem a sua sede em Primavera, instituído em 27 de julho de 2004, criado através da Resolução nº 01 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CEHIDRO, a primeira resolução do Conselho e encontrando-se em pleno desenvolvimento.

CBH-SEPOTUBA- Sede no município de Tangará da Serra, atingindo também os seguintes municípios: Cáceres, Salto Céu, Lambari d'Oeste, Barra do Bugres, Nova Olímpia, Nova Marilândia, Tangará da Serra, Santo Afonso e Rio Branco. Instituído através da Resolução nº35, de 13 de setembro de 2010 - CEHIDRO, publicada no DOE nº 25.397, de 13 de setembro de 2010, em pleno desenvolvimento de suas ações.

CBH dos Afluentes da Margem Esquerda do Baixo Teles Pires/ME–BAIXO TELES PIRES - Com sede no município de Alta Floresta, abrangendo também os municípios de Apiacás, Paranaíta, Carlinda, Juara, Nova Canaã do Norte, Nova Monte Verde e Tabaporã, instituído através da Resolução nº 53, de 08 de novembro de 2012 - CEHIDRO, publicada no DOE nº 26.053, de 27 de maio de 2013, encontra-se em pleno desenvolvimento de suas ações.

CBH-P5-do Rio São Lourenço - Sede no município de Rondonópolis, abrangendo também os municípios de Alto Araguaia, Alto Garças, Pedra Preta, São José do Povo, Itiquira, Barão de Melgaço, Santo Antônio de Leverger, Juscimeira, São Pedro da Cipa, Jaciara, Dom Aquino, Poxoréo, Guiratinga e Campo Verde, instituído através da Resolução nº 55, de 09 de maio de 2013 - CEHIDRO, publicada no DOE nº 26.053, de 27 de maio de 2014.

CBH dos Afluentes da Margem Direita do Alto Teles Pires/ CBH - Alto Teles Pires MD - Resolução nº 65, de 10 de julho de 2014 - Sede no município de Sinop, abrangendo também os municípios de Sorriso, Vera e Nova Ubiratã instituído através da Resolução nº 65, de 16 de julho de 2014 - CEHIDRO, publicada no DOE nº 26.331, de 16 de julho de 2014, empossados em 24 de junho de 2015, sendo o mais novo CBH de MT.

Ainda para o ano de 2015 temos a perspectiva de implantação de mais dois (2) Comitês:

CBH – CUIABÁ-MD - Sede nesta Capital, atingindo também os municípios de: Acorizal, Barão de Melgaço, Campo Verde, Chapada dos Guimarães, Juscimeira, Nossa Senhora do Livramento, Rosário Oeste e Santo Antônio de Leverger, instituído através da Resolução nº 47, de 12 de setembro de 2012 - CEHIDRO, publicada no DOE nº 26.053, de 1º de outubro de 2012, estando em fase o processo seletivo para 1ª posse dos representantes do CBH, pela Comissão Pró CBH, orientado pela Gerência de Fomento e Apoio à Comitê de Bacia Hidrográfica.

CBH – RIO CABAÇAL - Sede no município de Reserva do Cabaçal, abrangendo também os municípios de Araputanga, Curvelândia, Cáceres, Lambari d'Oeste, Mirassol d'Oeste, Rio Branco, Salto do Céu e São José dos Quatro Marcos, instituído através da Resolução nº 66, de 16 de julho de 2014 - CEHIDRO, publicada no DOE nº 26.331, de 16 de julho de 2014, estando em fase o processo seletivo para 1ª posse dos representantes do CBH, pela Comissão Pró CBH, orientado pela Gerência de Fomento e Apoio à Comitê de Bacia Hidrográfica.

Encontra-se também autorizado pelo CEHIDRO, a criação do CBH – AFLUENTES DO ARAGUAIA –TA-3 – sede no município de Alto Araguaia, abrangendo também os municípios de Alto Taquari, Alto Garças, Ponte Branca, Araguainha, Barra do

Garças, Guiratinga, Tesouro, General Carneiro, Pontal do Araguaia, Ribeirãozinho e Torixoré, autorizado a sua criação, através da Resolução nº 51, de 21 de março de 2013 - CEHIDRO, publicada no DOE n. 26.028, de 19 de abril de 2013, aguardando a minuta do Regimento Interno do CBH, para apreciação do CEHIDRO e autorização de instituição através de resolução e a implantação do mesmo com a posse de seus representantes no Diário Oficial do Estado – DOE, estando em fase de mobilização e organização pela Gerência de Fomento e Apoio à Comitê de Bacia Hidrográfica.

Existem demandas dentro do Estado de Mato Grosso para criação de novos Comitês de Bacias Hidrográficas, em várias regiões. No momento, temos articulações para fomentar e mobilizar a criação de mais nove (9) bacias.

Portanto, baseando-se pelas Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos - UPGs, atuais no Estado, o ideal para Mato Grosso será ter, no mínimo, vinte e sete (27) Comitês de Bacias Hidrográficas, instituídos e atuantes, na Gestão, integrada Descentralizada e participativa da águas.

Leonice Lotufo – Gerente de Fomento e Apoio a Comitês de Bacia Hidrográfica



VOCE QUER COLABORAR PARA AS PRÓXIMAS EDIÇÕES DO PANCEFLO?

O informativo PanCeFlô precisa saber a sua opinião!

Participe na montagem do informativo! Você poderá compartilhar sua opinião a respeito do informativo fazendo críticas, elogios ou sugestões, inclusive de algum assunto que você gostaria de ler a respeito no informativo.

Através do e-mail gida@sema.mt.gov.br você poderá entrar em contato com a nossa equipe e dar sua contribuição. O canal de comunicação permitirá maior interação entre os leitores e a equipe de redação do PanCeFlô. Deste modo, todos participam e o leitor terá a informação que ele deseja.

SEMA: DA REDE HIDROLÓGICA PARA A REDE NACIONAL DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA



A SEMA possui uma Rede Hidrológica Básica de Estações de Monitoramento de Qualidade da Água Superficial. Ela é composta de 82 estações localizadas nas bacias dos rios: Paraguai, Cuiabá, São Lourenço, Teles Pires, Juruena, das Mortes, das Garças, Araguaia, Guaporé, Arinos, Sepotuba e Coxipó. Em cada amostra da Rede Hidrológica Básica são analisados 28 parâmetros físicos, químicos e biológicos para avaliar a qualidade da água. Esta rede foi oficializada no ano de 2008 através da publicação da Resolução CEHIDRO nº 16, de 13 de Março de 2005.

Como o monitoramento da qualidade da água já era executado de forma sistemática antes da implantação da Rede Hidrológica Básica desde o ano de 2007, a SEMA foi convidada a participar das discussões da implantação de uma Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade da Água, com o objetivo de unificar as informações e estruturar os OEMA's (Órgãos Estaduais do Meio Ambiente) quanto à necessidade da avaliação da qualidade da água. Somente em 2013 a Rede Nacional foi finalmente determinada através da Resolução ANA nº 903/2013, que definiu que a rede nacional possuiria 213 estações de monitoramento da qualidade da água em Mato Grosso.

Em cerca de 40% destas estações também deveria ser realizada medição de vazão concomitantemente com as

amostragens. Para estruturar os Estados para que possam operar as estações da RNQA a ANA adquiriu equipamentos de medição de vazão acústicos Doppler, sondas multiparamétricas de medição da qualidade da água, barcos, motores e veículos do tipo caminhonete 4x4 com baú para os equipamentos.

A SEMA já recebeu três medidores de vazão M9 acústico (para rios de médio e grande portes), um medidor Flowtracker (para pequenas vazões), dois barcos, dois motores (de 15 e 25 HP) e duas pick-ups S10 com baú. O valor total de equipamentos cedidos à SEMA totaliza mais de R\$ 606.000,00 (seiscentos e seis mil reais). O início da operação da RNQA está marcado para setembro de 2015.

A Agência Nacional de Águas, o Governo do Estado e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente assinaram em 2015 o Acordo de Cooperação para operação da RNQA e para adesão do estado de Mato Grosso ao Programa QUALIÁGUA. Os Estados que aderirem ao Programa farão jus a um pagamento anual de R\$ 1.100,00 pela disponibilização de dados de qualidade da água para a ANA.

As diretrizes do Programa estão dispostas na Resolução ANA nº 1040/2014. Também são estipuladas metas progressivas de inporação de pontos à rede e medição de vazão nas estações, assim como de capacitação do corpo técnico. O montante será pago ao estado, que deverá investir no monitoramento da qualidade da água, nos mesmos moldes do programa PROGESTÃO, do qual a SEMA também é signatária.

Somente no 1º ano está previsto o pagamento de prêmio de R\$ 132.000,00, valor importante para o custeio dos gastos do monitoramento da qualidade da água pelo estado, principalmente após a incorporação de pontos da RNQA.

Ao final de cinco anos, a meta é chegar a 150 estações implantadas no estado de Mato Grosso, o que totaliza um aporte de cerca de R\$ 1,6 milhão de reais em recursos oriundos do Programa QUALIÁGUA para serem investidos no monitoramento da qualidade da água dos rios de Mato Grosso.

PLANO ESTADUAL DE PREVENÇÃO E COMBATE AO FOGO E QUEIMADAS EM MATO GROSSO



O Governo do Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Meio Ambiente em conjunto com o Comitê Estadual de Gestão do Fogo apresentou aos órgãos integrantes, o Plano Integrado de Ações para Prevenção às Queimadas e Combate aos Incêndios Florestais em Mato Grosso, a ser executado como requisito para mitigar focos de calor durante o ano de 2015 no Estado.

O plano visa consolidar uma série de informações e intenções, baseadas nas atividades executadas nos últimos anos, em um formato que permita melhor direcionar ações de prevenção, preparação e resposta rápida de combate, na hipótese da ocorrência de incêndios florestais em nosso território, principalmente nas Unidades de Conservação Estaduais - UCE e seus entornos, focando, não só o período proibitivo de queimadas e de incêndios florestais – 15 de julho a 15 de setembro, como, principalmente, dar início às ações preventivas de sensibilização, multiplicação de responsabilidades dos municípios, áreas indígenas, áreas de conservação e assentamentos.

Considerado como um dos maiores vilões causadores de danos ao meio ambiente, o incêndio florestal tem sido acompanhado por pesadas críticas vindas de comunidades nacionais e internacionais, fazendo com que Mato Grosso venha pagando um alto preço pelas conseqüências deste agente que compromete a vegetação, a fauna, o solo, os cursos d'água, o ar atmosférico e as pessoas de um modo geral.

Não obstante, tem-se observado que a cobertura florestal vem se reduzindo ao longo das últimas décadas, seja em função da exploração comercial da matéria-prima florestal ou expansão da fronteira agropecuária.

Essa pressão crescente sobre as áreas florestadas tem acarretado o aumento de ocorrências de incêndios florestais causando prejuízos tanto no aspecto econômico quanto na biodiversidade do Estado.

Em vista desta situação, o maior envolvimento dos diversos atores governamentais e da sociedade civil organizada é fator preponderante para que a prevenção e combate aos incêndios florestais, mais uma vez reduzam as estatísticas em nosso Estado.

Para isso, foi necessário o fortalecimento do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso sob os pontos de vista institucional, material, humano e tecnológico, por meio das ações educativas e fiscalizatórias, imprescindível para a potencialização dos resultados positivos.

Com a ampliação ou criação de mais brigadas voluntárias em municípios com maior risco de incêndio e adoção de novos equipamentos para as ações de combate e monitoramento da ocorrência de fogo também trarão como conseqüências a melhoria da qualidade do ar.

Tenente Coronel BM Héctor Péricles de Castro.

E X P E D I E N T E

Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso - SEMA
Superintendência de Educação Ambiental - SUEA
Gerência do Conhecimento Ambiental - GCA

Organizadoras: Joelma Aparecida Cavalcanti e Carla de Cássia dos Santos Cintra
Revisão ortográfica: Márcia Carvalho de Souza

Colaboradores desta edição: Márcia Carvalho de Souza, Terezinha Rodrigues, Sérgio Batista de Figueiredo, Enilson Jesus de França, Leonice de Souza Lotufo e Tenente Coronel BM Hector Péricles de Castro.

Nosso site: www.sema.mt.gov.br
Nosso e-mail: gida@sema.mt.gov.br

21 DE SETEMBRO "PLANTE UMA ÁRVORE, COLHA VIDA"...

As áreas verdes são essenciais para a manutenção da vida silvestre e humana na Terra. As árvores e outros tipos de vegetais não arbóreos reciclam o carbono, produzem alimento, retêm a água, amenizam a temperatura, protegem o solo, além de oferecer beleza cênica.

Em particular, as árvores proporcionam sombra, alimentos, como as frutas e as sementes, conservam a fauna, oferecem folhas de diversos formatos e flores das mais variadas cores e perfumes. Muitas vezes, as pessoas apontam os benefícios que as árvores podem oferecer, mas de forma individual e quase

sempre se esquecem de que elas são seres vivos e, por isso, merecem respeito e cuidados também.

Por tal relevância, a Superintendência de Educação Ambiental – SUEA, realiza o Projeto Dia da Árvore - Edição 2015 – com o tema "Plante uma árvore, colha vida"..., com o objetivo de unir de forma dinâmica algumas atividades de sensibilização para a sociedade em geral sobre a importância de respeitarmos as árvores e promovermos cuidados com o meio ambiente.

O Novidgdeiro

O Cerrado é o segundo maior bioma existente no Brasil. O espaço que ele ocupa equivale à soma das áreas da Espanha, França, Alemanha, Itália e Inglaterra. Diferentemente da Amazônia, Mata Atlântica e Pantanal, o Cerrado não recebeu da Constituição Federal o status de "Patrimônio Nacional", tornando a conservação de sua biodiversidade uma tarefa muito difícil; apenas 2% da sua área original está preservada em parques e reservas; o que o torna mais ameaçado do que a Amazônia, além do que 80% do carvão vegetal consumido no Brasil vem das árvores do Cerrado.

É uma região peculiar: associa uma rica biodiversidade a uma aparência árida decorrente de solos pobres e ácidos e conta com apenas duas estações climáticas – seca e chuvosa. No entanto, a sua riqueza biológica mínima estimada é da ordem de 320.000 espécies distribuídas por 35 filos e 89 classes.

São conhecidas, até o momento, 1.575 espécies de animais, formando o segundo maior conjunto animal do planeta e, das 837 espécies de aves registradas no Cerrado, 759 se reproduzem na região e o restante são aves migratórias. Os saubeiros do Cerrado formam extensos murundus com até dez metros de diâmetro e um metro de altura, com até dois milhões de formigas vivendo por cerca de 20 anos. As raízes das plantas do Cerrado podem variar entre 15 a 18 metros de comprimento e ali existem árvores que produzem frutos azuis devido à alta concentração de alumínio no solo. O Cerrado é considerado o "berço das águas" ao abrigar as nascentes de importantes bacias hidrográficas da América do Sul, tais como: Platina, Amazônica/Tocantins e São Francisco.

Fontes: <http://cerradobioma.blogspot.com.br/2012/06/curiosidades.html>